



## Programa do Governo revê fracionamento

DIRETORES DO OFF PARTICIPAM DO ATO DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA, NO PALÁCIO DO PLANALTO



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos; o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; e a Secretária Geral do CFF, Lérida Vieira, em solenidade, no Planalto

O Presidente e a Secretária-Geral do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos e Lérida Vieira, participaram, na tarde de dez de maio de 2006, como convidados da Presidência da República, da solenidade de implantação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Programa de Medicamentos Fracionados. O ato aconteceu, no Palácio do Planalto.

Duas medidas integram o programa: um Decreto presidencial que irá revisar o Decreto 5.348, de 19 de janeiro de 2005, e alterar dispositivo da Lei 5.991/73, que trata do conceito de embalagem original; e um anteprojeto de lei, que altera dispositivos da Lei 6.360/76, que trata da vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos.

As duas medidas lançadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da

Silva têm o objetivo de fazer com que a venda de fracionados seja realizada, também, nas drogarias, e com que a indústria farmacêutica produza medicamentos em dose unitária. Com isso, o Governo quer aprimorar a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e facilitar o acesso da população aos medicamentos, atendendo à grande demanda da sociedade por produtos farmacêuticos.

**RESPOSTA** - Para o Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, as medidas adotadas pelo Presidente Lula são uma resposta "ágil" ao "engessamento" da política de medicamentos fracionados, prevista pelo Decreto 5.348, de janeiro de 2006. "O Decreto de janeiro era muito bom, mas esbarrou na incapacidade da Anvisa, de materializar a proposta nele contida", criticou Souza Santos.

Ele declarou que a Agência

não soube obrigar a indústria a fabricar as embalagens especiais para as doses unitárias e foi extremamente burocrática e lenta, no momento de licenciar as farmácias que se propuseram a dispensar o medicamento fracionado. O Presidente reclamou, ainda, do valor exagerado cobrado pelo órgão, para licenciar farmácias interessadas no fracionamento.

**USO RACIONAL** - A Secretária-Geral do CFF, Lérida Vieira, que é também membro efetivo do Conselho Nacional de Saúde (CNS), disse que o programa lançado pelo Governo é um dos meios para viabilizar o uso racional de medicamentos, vez que o fracionamento evita que o usuário adquira produtos além do necessário.

Lérida Vieira salientou ainda como aspectos positivos das novas medidas presidenciais o barateamento dos preços dos produtos e o resgate do sentido de saúde dos estabelecimentos farmacêuticos, vez que o programa define que só os profissionais farmacêuticos podem lidar com o fracionamento.

### O QUE É O PROGRAMA

O Decreto presidencial estende a venda de medicamentos fracionados às drogarias e trata do conceito "embalagem original". Já o Projeto de Lei será submetido à votação pelo Congresso Nacional e, se aprovado, determinará que a indústria produza os medicamentos, de forma fracionável, isto é, as embalagens dos medicamentos



passarão a ser produzidas, de maneira individualizada.

A idéia é levar o tema ao debate para que, considerando o período natural de adequação dos laboratórios, todos os medicamentos possam ser encontrados no formato fracionável. A partir da aprovação do PL, a indústria farmacêutica terá um prazo de seis meses

para atender plenamente à nova lei, tempo necessário para que os laboratórios façam as adequações necessárias para a produção dos medicamentos na forma fracionável.

O propósito do Governo Federal é também estimular a "transformação" (o aprimoramento) do mercado farmacêutico brasileiro,

para que o direito do consumidor, de comprar a quantidade prescrita pelo médico e necessária ao tratamento, seja plenamente respeitado. Esse processo teve como precursores os laboratórios EMS e Medley que, a partir do Decreto 5.348/05, começaram a produzir medicamentos em embalagens individualizadas.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL TERÁ MODERNO CENTRO DE PESQUISA, ONDE ACADÊMICOS DE FARMÁCIA PODERÃO ATUAR. CENTRO VAI PRODUZIR PROTEÍNAS RECOMBINANTES PARA USO TERAPÊUTICO

## Tecnopuc: investimento de R\$ 11 milhões na pesquisa de fármacos

A PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) assinou, no dia 19 de maio de 2006, um termo de cooperação envolvendo o Laboratório Americano de Farmacoterapia S.A. (Farmasa), de São Paulo, e a empresa gaúcha 4G, para a construção de um centro de pesquisas de mil metros quadrados, voltado ao desenvolvimento de fármacos no Parque Tecnológico (Tecnopuc), em Porto Alegre.

O investimento é de R\$ 11 milhões e terá recursos de agências de fomento e de desenvolvimento, além das próprias empresas. Inclui,

ainda, a obra, os equipamentos e bolsas de iniciação científica e de pós-graduação para alunos da Universidade. A construção do primeiro Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) desta natureza, no Rio Grande do Sul, teve como ponto de partida uma inovação que possibilita grande economia. O processo, com patente depositada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), garante a geração de praticamente qualquer seqüência de DNA, de forma artificial, com eficiência e exatidão.

Isto evita que o Brasil precise

pagar *royalties* para obter matéria-prima em bancos de células, nos Estados Unidos e Europa. Outra vantagem é do ponto-de-vista da bioética, visto que estes bancos do exterior proíbem o seu uso para criar produtos com finalidades comerciais.

"Esta é a primeira associação entre uma empresa farmacêutica de grande porte e uma universidade, no País", ressalta Diógenes Santos, Coordenador do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular e Funcional (CPBMF), que integra o Instituto de Pesquisas Biomédicas (IPB) da PUCRS.

Ele acredita que, dentro de dois anos, a produção local de medicamentos suprirá 20% da demanda brasileira de importação de medicamentos para o tratamento de doenças, como o câncer, a hepatite C, a esclerose múltipla e o nanismo. As faculdades de Farmácia e Biociências da Universidade tam-



bém integrarão este trabalho, com a participação de pesquisadores e alunos.

Embora atualmente o Parque Tecnológico seja reconhecido por abrigar ícones internacionais da Tecnologia da Informação (TI), "com este empreendimento de P&D na área de fármacos, o Tecnopuc inicia uma nova etapa, centrada na biotecnologia, em que a PUCRS tem feito grandes investimentos, tanto em infra-estrutura, quanto na contratação de pesquisadores conceituados neste cam-

po do conhecimento", projeta o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Jorge Audy.

O novo Centro de P&D do Grupo Farmasa junto à PUCRS produzirá proteínas recombinantes para uso terapêutico, um mercado que movimenta cerca de 12 bilhões de dólares por ano, conforme dados da American Chemical Society. No Brasil, o valor chega a R\$ 500 milhões anuais, incluindo os gastos dos governos estaduais e Federal, para financiar tratamentos obrigatórios por lei para diversas patolo-

gias. A meta é que esta indústria propicie ao País o domínio completo da tecnologia de produção de biofármacos.



Estudantes da PUCRS em laboratório de pesquisa



Ministro da Saúde, Agenor Álvares, afirma que o Governo tem o compromisso de garantir aos portadores de HIV o provimento de medicamentos

O Ministério da Saúde está pagando, desde o dia nove de maio de 2006, 51% a menos pelo medicamento Tenofovir, que faz parte do coquetel utilizado para o tratamento dos portadores de HIV, graças a um acordo assinado, naquele dia, pelo Ministro da Saúde, Agenor Álvares, e o Vice-presidente da empresa Gilead Science, Joseph Steele, representando uma economia imediata para os cofres públicos de US\$ 31,4 milhões, por ano, que permitirá investimentos no próprio programa. O medicamento é distribuído pelo Governo Federal, gratuitamente, para 11 mil pacientes. O valor do comprimido passou de US\$ 7,68 para US\$ 3,80.

"O acordo satisfaz o Governo, principalmente, porque garante o

## Aids: medicamento custará 51% a menos para o Brasil

abastecimento desse antiretroviral importante para o programa brasileiro e, em segundo lugar, porque traz uma economia considerável, que deve

ser utilizada na aquisição de outros medicamentos", afirmou o Ministro Agenor Álvares.

O Ministro acrescentou: "Nós estamos em negociação com todos os produtores de antiretrovirais. O Governo Federal tem o compromisso de garantir aos portadores de HIV o provimento desses medicamentos, que são necessários para a melhoria da sua qualidade de vida", acrescentou.

Segundo o Secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, o acordo já vale para a aquisição de 8,1 milhões de cápsulas, neste ano, pelo Governo brasileiro. "O acordo não estabelece a compra dos medicamentos em nenhuma quantidade. Exceto pelos programas humanitários, o Brasil tem, agora, o melhor preço para o medicamento em toda a América Latina", disse o Secretário.

ESTÁVEL - De 1980 a junho de



2005, foram registrados 371.827 casos de Aids, no Brasil. A taxa de incidência de Aids (casos da doença por 100 mil habitantes) mantém-se estável - 17,2, em

2004. A razão entre homens e mulheres continua caindo e, hoje, está em 1,5 caso em homens para 1 caso em mulher. No início da epidemia, a razão era de 16 casos em homens para 1 em mulher. Atualmente, 170 mil pessoas recebem gratuitamente o coquetel antiretroviral.

Para Mariângela Simão, Diretora do Programa Nacional DST/Aids, com o acordo, será possível expandir em até 50% a distribuição gratuita do medicamento, até o final do ano. "O Tenofovir passa a ser um medicamento de escolha de primeira linha. Ao reduzir o custo, isso possibilita o aumento do número de pacientes atendidos. Devemos fechar o ano com 15 mil ou 16 mil pessoas atendidas", afirmou. O medicamento, segundo ela, tem vantagens pela eficácia terapêutica, pela dosagem única no dia e pela redução de sintomas colaterais.



## CORRUPÇÃO ELEITORAL

## CFF entra na campanha contra a compra de votos com medicamentos

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, aceitou o convite, feito por representantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), para participar da campanha contra a compra de votos. O interesse do CFF na campanha é combater o uso de medicamentos na corrupção eleitoral. O MCCE espera que o CFF se engaje no Movimento, promovendo uma campanha específica contra utilização de medicamentos por políticos como "mercadoria" para trocar pelo voto.

O convite para integrar o Movimento, cujo lema é "Voto não tem preço, tem consequências!", foi feito pelo Juiz de Direito Marlon Jacinto Reis, Diretor da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, e um dos líderes do MCCE, durante a 325ª Reunião Plenária do Conselho Federal de Farmácia, que aconteceu, no auditório



Juiz Marlon Jacinto Reis, Diretor da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, e líder do MCCE, convidou o CFF para se engajar na campanha contra corrupção eleitoral

do CFF, nos dias 22 e 23 de junho de 2006.

Segundo Marlon Jacinto Reis, em todo o Brasil, são inúmeras as denúncias envolvendo o oferecimento, por parte de políticos, dos mais diversos medicamentos em troca de votos. "Nunca tivemos nenhuma denúncia envolvendo a participação de farmacêuticos nessa prática ilegal. Mas, mesmo assim, precisaremos muito da ajuda do CFF, que é o órgão mais interessado no uso racional do medicamento, para combater essa situação", explicou o Juiz.

A grande arma do Movimento contra a corrupção eleitoral é a Lei 9840, de 28 de setembro de 1999. Ela constitui captação de sufrágio (compra de votos), vedada por lei, o fato de o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura, até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de um mil a 50 mil UFIRs, e cassação do registro ou do diploma.



O MCCE foi oficialmente fundado, em 2002. Até o momento, ele conta com uma rede de apoio formada por 90 entidades. Dessas entidades, 22 tornaram-se, também, membros do Comitê Nacional do Movimento e participam ativamente das campanhas, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, agora, o CFF.

Para Souza Santos, o papel do CFF, nessa campanha, será muito importante para a sociedade. "Não podemos ficar parados diante de uma situação como essa. Medicamento é bem de saúde, e não pode ser distribuído, aleatoriamente, sem a prescrição e o acompanhamento do farmacêutico. Caso contrário, o medicamento pode se tornar um grande risco à saúde da população", alerta o Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Pela jornalista Priscila Rangel  
Assessoria de Imprensa do CFF

## Técnicas moleculares identificam focos de transmissão da esquistossomose



Técnicas laboratoriais avançadas, capazes de ampliar o fragmento de uma molécula de DNA em milhares de vezes, chamadas PCRs, podem ser fortes aliadas para o controle de focos de transmissão da esquistossomose, doença conhecida popularmente como barriga d'água e endêmica, na Zona da Mata de Pernambu-

co. Essas ferramentas moleculares conseguem identificar o parasito causador da enfermidade, o *Schistosoma mansoni*, com mais precisão e sensibilidade que a técnica utilizada, há décadas, a morfológica.

Com o diagnóstico molecular, é possível mapear, com precisão e rapidez, os focos de transmissão de es-

quistossomose, fator importante para o controle dessa endemia. A eficácia do uso das PCRs no diagnóstico dos caramujos foi comprovada no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM), unidade da Fiocruz, em Pernambuco, e será assunto de um artigo na Revista da Sociedade Real de Medicina Tropical de Londres.





## Souza Santos destaca Farmácia Cruz Verde em inauguração da Farmácia-Escola da Unigran (MS)

O Presidente do Conselho Federal (CFF) de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, falou, em sua palestra, durante a solenidade de inauguração da Farmácia-Escola do Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran), realizada em 9 de junho de 2006, no Mato Grosso do Sul, sobre a importância da Farmácia Cruz Verde. Souza Santos acredita que a Farmácia Cruz Verde é um modelo ideal para as necessidades das sociedades.

A cerimônia de inauguração da Farmácia-Escola do Unigran comemorou, também, os 30 anos da Universidade, que vai formar sua primeira Turma de farmacêuticos, no final do ano. Sobre a Farmácia-Escola daquela instituição de ensino, Souza Santos salientou ser uma das melhores do País. E justificou: "Os laboratórios daqui estão entre os melhores do Brasil, em se tratando de espaço e, também, de tecnologias de produção de fármacos e de



Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, cumprimenta a Reitora da Unigran, Rosa Maria D'Amato de Déa

produtos usados em estética corporal", concluiu o Presidente do CFF.

CRUZ VERDE - O CFF elaborou, há dois anos, um projeto farmacêutico para o Brasil, inspirado na Farmácia Cruz Verde, modelo adotado, na França, e que Souza Santos quer ver implantado, no Brasil. O dirigente do Conselho Federal observa que a Farmácia Cruz Verde é o que há de mais evoluído em se tratando de *farmácia profissional*, termo usado para designar o estabelecimento farmacêutico onde são prestados serviços de saúde no campo da atenção primária, além de serviços farmacêuticos, especificamente.

Numa Farmácia Cruz Verde, são desenvolvidas, ainda, campanhas de educação sanitárias e de vacinação, além dos serviços relacionados ao medicamento. E, sempre, tendo à frente o farmacêutico como agente dos cuidados e da assistência, além de responsável pela direção do estabelecimento. Chama-se Cruz Verde, porque esses estabelecimentos franceses adotam mantêm afixada à parede do lado

de fora uma cruz de cor verde, como distintivo de serviços de saúde.

A Farmácia Cruz Verde funcionaria, no Brasil, a exemplo do que ocorre, na França, como uma rede de estabelecimentos comprometidos com serviços de saúde e sob a inteira responsabilidade do farmacêutico. O projeto elaborado pelo CFF, de implantação desse modelo, foi entregue por Jaldo de Souza Santos ao então Ministro da Saúde, Humberto Costa.



Souza Santos diz que Farmácia Cruz Verde é modelo a ser seguido, no Brasil

O CFF continuará a discutir o projeto em eventos do órgão, como aconteceu no seminário "Os Novos Rumos dos Serviços Farmacêuticos na Farmácia Comunitária", realizado, no auditório do Hotel Nacional, nos dias 20 e 21 de junho de 2006. O evento teve por objetivo debater um novo modelo de farmácia para o Brasil.



Ministro da Saúde, Agenor Álvares, salientou que fitoterápicos representam uma inesgotável fonte de inovação em saúde

## Aprovada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

O Governo Federal anunciou, no dia 22 de junho de 2006, medidas voltadas à garantia de acesso seguro e uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos pela população, à utilização sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento da indústria nacional.

Por meio de Decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ministérios da Saúde;

do Meio Ambiente; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Integração Nacional; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Casa Civil da Presidência da República, apresentam a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.



A Política estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população e do complexo produtivo na área da saúde.

A POLÍTICA – aprovada, após cinco anos de discussão entre as áreas competentes do Governo, a comunidade científica e a sociedade civil, estabelece as linhas de ação prioritárias para o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos (medicamentos oriundos de plantas medicinais).

Ela também visa a consolidar as iniciativas de relevância, no País, e as recomendações nacionais e internacionais sobre o tema. A idéia é que se construa, no Brasil, uma rede de esforços para o desenvolvimento de medidas voltadas à melhoria da atenção à saúde, ao fortalecimento da agricultura familiar, à geração de emprego e renda, à inclusão social e ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

INOVAÇÃO EM SAÚDE - O Ministro da Saúde, Agenor Álvares, ressaltou, em seu discurso, que os medicamentos fitoterápicos representam uma inesgotável fonte de inovação em saúde. "A ampliação das opções terapêuticas ofertadas aos usuários do Sistema Único de Saúde, com garantia de acesso a plantas medicinais, fitoterápicos e serviços relacionados à fitoterapia, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade das atenções à saúde, é uma importante estratégia para melhorar a atenção à saúde da população e a inclusão social", enfatizou.

As iniciativas previstas na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos terão ampla participação popular e controle social. A expectativa é de que a política minimize a dependência tecnológica do Brasil no setor e estabeleça uma posição de destaque do País no cenário internacional.

As plantas medicinais têm sido a base dos principais produtos indicados para a saúde, desde a Antiguidade. O reconhecimento do valor delas como recurso clínico, farmacêutico e econômico cresce progressivamente



em vários países. Por conta disso, essas nações vêm normalizando e legislando acerca dos diferentes critérios de segurança, eficácia e qualidade que devem envolver esses produtos.

O Brasil é o País com maior biodiversidade do planeta. Além disso, possui uma rica diversidade étnica e cultural e detém valioso conhecimento tradicional relacionado ao uso de plantas medicinais, possuindo potencial necessário para o desenvolvimento de pesquisas que resultem em novas tecnologias e serviços terapêuticos.

SAÚDE - Caberá ao Ministério da Saúde, entre outras atribuições, coordenar o processo de elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e o acompanhamento e avaliação da implementação da política. Já está em processo de elaboração um banco de dados sobre plantas medicinais e, também, a Relação Nacional de Plantas Medicinais e de Fitoterápicos (Rename-Fito). A sociedade e as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) terão acesso a esses dados.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), respaldada por suas resoluções, monitorará e fiscalizará a comercialização, manipulação e distribuição de insumos de origem vegetal e fitoterápicos e, também, poderá con-

ceder o registro de novos fitoterápicos.

O Ministério da Saúde fará, ainda, a articulação intersetorial e interinstitucional para o fomento à pesquisa de plantas medicinais e fitoterápicos. Também, coordenará as ações de desenvolvimento tecnológico para a incorporação de novos serviços e tecnologias na rede de saúde pública.

SUS - Outra responsabilidade do Ministério da Saúde será a inserção do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde em consonância com as políticas públicas já desenvolvidas pelo Ministério. Uma delas é Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PN-PIC), no SUS, aprovada, no dia 4 de maio, por meio da Portaria 971/06.

A Portaria define as ações e responsabilidades dos gestores federais, estaduais e municipais na implementação de novos serviços na rede pública de saúde e a adequação de iniciativas que já vinham sendo desenvolvidos em algumas regiões do País.

É o caso de práticas, como fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura e termalismo social (uso de águas minerais para tratamento de saúde) que podem, desde o lançamento da PNPIC, ser implementadas nas unidades do Sistema Único de Saúde. O principal objetivo da Portaria 971 é harmonizar os critérios e procedimentos para a prestação de serviços no SUS, de forma a garantir segurança, eficácia e qualidade aos usuários desses tipos de terapias.



## Ministério da Saúde inaugura centro de pesquisa em terapia celular e bioengenharia

O Ministério da Saúde inaugurou, no dia 28 de junho de 2006, no Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (Instituto), no Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa em Terapia Celular e Bioengenharia Ortopédica (CTCel), que in-

vestirá em estudos relacionados à regeneração óssea com utilização de células-tronco. A implantação do CTCel tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento de um núcleo de pesquisa laboratorial que possa



apoiar a pesquisa clínica em trauma-orto-ortopedia. O CTCel atuará, em especial, no desenvolvimento de novas tecnologias e novos protocolos em terapias celulares.

As terapias celulares se apóiam no reparo biológico dos tecidos e compõem a base da moderna medicina regenerativa. Nesse tipo de procedimento, as células são obtidas do próprio paciente (terapia com uso de célula-tronco adulta), diminuindo os riscos de infecção e excluindo o pro-

cesso de rejeição, comuns nos transplantes. Algumas doenças ortopédicas, que até o momento, constituem um problema de difícil solução clínica, poderão ser tratadas mais satisfatoriamente e de forma definitiva, através dessas novas abordagens.

Exemplo disso é a utilização da terapia celular em associação a tratamentos cirúrgicos de trocas de prótese de quadril, o que acarretará maior tempo de vida útil do material ortopédico, que, atualmente, é de cerca de

15 anos. As trocas são necessárias porque, devido a desgaste, infecções, posicionamento inadequado ou má qualidade do material, as próteses sofrem afrouxamento.

Os avanços nos estudos experimentais realizados no CTCel do InTo permitirão que, no futuro, outras patologias, como os traumatismos da medula espinhal, lesões de nervos periféricos, tendões e menisco, também possam se beneficiar do tratamento com células.

## Estudo pretende desenvolver método para diferenciar cepas de peste brasileiras



Apesar de o Brasil ter desenvolvido um trabalho de controle e vigilância da peste, nas últimas cinco décadas, ainda não é possível saber se a linhagem brasileira da *Yersinia pestis*, bactéria que provoca a doença, sofreu mutações, ao longo do tempo, ou até mesmo de um foco para outro.

Para poder verificar se isso aconteceu, o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM), unidade da Fiocruz, em Recife, está desenvolvendo um trabalho que visa a testar duas técnicas moleculares - a MLVA-PCR e a eletroforese em gel de campo Pulsado (PFGE) - na diferenciação da cepa e no diagnóstico da doença.

O intuito é ter uma ferramenta eficiente e que possa ser usada pelo Serviço de Referência em Peste e Hantavírus do centro de pesquisa. Resultados iniciais do projeto mostram que as técnicas são bastante sensíveis e apresentam diferenças entre as amostras analisadas.

## Brasil encerra edição da Farmacopéia, após 24 anos



Farmacêutico Victor Hugo Travassos, Diretor da Anvisa: País tem autonomia para decidir como quer que sejam feitos os seus medicamentos.

"A Farmacopéia Brasileira é uma vitória de todo o setor saúde e da autonomia nacional na produção de medicamentos". Com esta afirmação, o Diretor de Medicamentos da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Victor Hugo Travassos, marcou o lançamento do último fascículo da quarta edição da **Farmacopéia Brasileira**.

A Farmacopéia é elaborada pela Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira (CPRFB), uma entidade vinculada à Anvisa. A publicação é o código oficial que estabelece as especificações de qualidade que os medicamentos em uso, no Brasil, devem obedecer.

"Um país que tem a capacidade científica de ter uma farmacopéia é um

país que tem autonomia para decidir como quer que sejam feitos os seus medicamentos", afirmou Travassos.

A publicação da quarta edição da Farmacopéia foi marcada por diversas atribuições. O primeiro passo para a sua atualização ocorreu, em 1982, mas somente em 1988 é que a primeira parte do documento foi finalizada. O surgimento da Anvisa acelerou o processo, permitindo que mais cinco fascículos fossem publicados.

A quinta edição da Farmacopéia será iniciada, ainda este ano. Segundo o Presidente da CPRFB, farmacêutico Celso Bittencourt, o trabalho será publicado em um único volume, onde serão acrescentadas, pelo menos, duzentas novas monografias de medicamentos.



Celso Bittencourt, farmacêutico, Presidente da CPRFB, diz que quinta edição terá início, ainda este ano, e sairá em um único volume.



# Congresso Pan-amazônico revela crescimento profissional, no País, de forma descentralizada



Legenda: Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, elogia riqueza da programação do evento

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, declarou, em palestra que realizou na abertura do *I Congresso Pan-amazônico de Ciências Farmacêuticas*, no dia três de julho de 2006, em Belém (PA), que o evento é, em si, uma manifestação do quanto a profissão está se desenvolvendo, de forma descentralizada, no País. Ele elogiou a "riqueza" da programação do evento, que traz temas ligados à mais moderna tecnologia farmacêutica, como a nanotecnologia farmacêutica; às plantas medicinais e aos medicamentos fitoterápicos, como também à participação do profissional no serviço público e à farmácia comunitária. O Pan-amazônico é uma realização do Conselho Regional de Farmácia do Pará/Amapá, com apoio do CFF. O evento encerra-se, nesta quarta (06.07.06).

Souza Santos destacou que a região amazônica tem dado sinais pujantes de desenvolvimento farma-

cêutico. Lembrou a ação bem-sucedida do CRF-PA/AP, respaldada pelo CFF, que resultou na implantação da assistência técnica plena nas farmácias de Belém, há quatro anos.

FARMÁCIA COMUNITÁRIA - O dirigente do CFF aproveitou o momento, para falar do empenho do órgão, com vistas a substituir o modelo de farmácia comunitária, vigente, no Brasil, hoje, por um mais avançado dos pontos de vista sanitário e social. "Já está passando da hora de substituirmos o atual modelo de farmácia comunitária, todo ele arcaico e pernicioso, por um modelo que tenha por eixo os interesses de saúde", declarou. Ele lembrou que o CFF desenvolveu um modelo adaptado da Farmácia Cruz Verde, da França.

Ao falar da flora amazônica, o Presidente do CFF alertou que, mais que possível, é necessário enfrentar o desafio de se desenvolver fitoterápicos amazônicos, a partir da biodiversidade regional. Salientou que a Amazônia é um verdadeiro laboratório a céu aberto e que dali sairão respostas terapêuticas para grande parte das doenças que afligem a humanidade.

No dia 22 de junho deste ano, o Governo Federal anunciou medidas voltadas a garantir o acesso seguro e o uso correto de plantas medicinais e fitoterápicos pela população e, também, a utilização sustentável da biodiversidade brasileira e o desenvolvimento da indústria nacional. Naquele dia, por meio de Decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governo editou a Política Nacional de Plantas Medi-



nais e Fitoterápicos.

Souza Santos comentou que a norma é um passo importante para o setor, pois estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população e do complexo produtivo na área da saúde. "O Decreto busca qualificar a relação entre a população e as plantas medicinais e os medicamentos delas derivados, o que só se consegue, graças aos serviços farmacêuticos", comentou o dirigente do CFF.

ATUALIDADE CIENTÍFICA – Jaldo de Souza Santos, ao abordar outros temas do Congresso Pan-amazônico – "Estudos das formas de liberação prolongada de medicamentos" e a "Nanotecnologia" - ressaltou que farmacêuticos brasileiros de universidades públicas estão conseguindo desenvolver a liberação controlada do anti-inflamatório Triancinolona, no vítreo, interior do olho, por até mais de um ano, tempo cinco vezes maior que o tempo alcançado por laboratórios multinacionais. "Falar disso é apresentar um passaporte de atualidade científica brasileira", concluiu.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,  
Editor desta revista